

DIALÉTICA E DESENVOLVIMENTO EM FURTADO

José Eli da Veiga
(Maio de 2006)¹

Resumo: Este texto expõe duas teses. A primeira é que Celso Furtado não chegou a tomar conhecimento dos recentes avanços da dialética entre os cientistas naturais, e por isso não percebeu o real alcance desse estilo de pensamento. A segunda, é que a forte influência do pensamento de Marx sobre sua visão do capitalismo foi logo deslocada pela de Schumpeter, e depois - de forma ainda mais profunda - pela de Weber. Daí a importância de se distinguir com mais clareza, numa possível reabertura do debate sobre a dialética do desenvolvimento, três noções que são amalgamadas, com grande frequência, gerando imensa ambigüidade: “desenvolvimento econômico”, “desenvolvimento do capitalismo”, e “desenvolvimento” *tout court*.

Abstract: This paper presents two arguments. The first is that Celso Furtado has not kept abreast of the recent advances in dialectics among natural scientists, and thus has not been aware of the real scope of this style of thinking. The second is that the strong influence of Marx's thinking on his view of capitalism was soon displaced by Schumpeter's, and later even more profoundly by Weber's. So, in revisiting the debate about the dialectic of development, it is important to more clearly distinguish between three ideas that are very often conflated, thereby producing considerable ambiguity: “economic development”, “development of capitalism”, and “development” *tout court*.

Palavras-chave: Celso Furtado, dialética, desenvolvimento, complexidade, emergência.

Key-words: Celso Furtado, dialectics, development, complexity, emergence.

Classificação JEL: B31

¹ Registro especial agradecimento pelas valiosas críticas a versões anteriores que me foram gentilmente enviadas por Abelardo Blanco, Ana Maria Bianchi, Andrei Cechin, Eleutério Fernando da Silva Prado, Gilberto Tadeu Lima, Ignacy Sachs, Leda Paulani, Pedro Silva Barros, Ricardo Abramovay, Ruy Fausto e Sonia Barros de Oliveira. Infelizmente, nem todas as debilidades expositivas apontadas puderam ser desfeitas. Muito menos - é claro - inevitáveis divergências de fundo sobre o próprio sentido da dialética.

“To see that thought in its very nature is dialectical, and that, as understanding, it must fall into contradiction – the negative of itself – will form one of the main lessons of logic.” Hegel (1975:15)

1. Introdução

Houve significativas mudanças nas abordagens do fenômeno do desenvolvimento feitas por Celso Furtado ao longo dos quarenta anos que se seguiram à publicação de *Dialética do desenvolvimento*. Qual foi o sentido geral dessas mudanças? Teria o autor encontrado outra maneira de conceber o desenvolvimento? Qual? Para tentar responder a tais perguntas, este artigo está organizado em três partes essenciais. Depois de contextualizar o problema (seção 2), procura explicar as razões da insatisfação de Furtado com o pensamento dialético (seção 3). Em seguida, identifica as mudanças mais significativas da idéia de desenvolvimento que surgem em seus principais livros (seção 4). A conclusão funde esses dois balanços com o objetivo de reabrir o debate sobre a dialética do desenvolvimento, já que as duas teses centrais podem ser desde já antecipadas.

A primeira é que Furtado - assim como praticamente todos os cientistas sociais da segunda metade do século XX - não chegou a tomar conhecimento dos recentes avanços da dialética entre os cientistas naturais, e por isso não percebeu o real alcance desse estilo de pensamento. A segunda, é que a forte influência do pensamento de Marx sobre sua visão do capitalismo foi logo deslocada pela de Schumpeter, e depois - de forma ainda mais profunda - pela de Weber. Daí a importância de se distinguir com mais clareza, numa possível reabertura do debate sobre a dialética do desenvolvimento, três noções que são amalgamadas, com grande frequência, gerando imensa ambigüidade: “desenvolvimento econômico”, “desenvolvimento do capitalismo”, e “desenvolvimento” *tout court*.

Duas possíveis dúvidas sobre os próprios enunciados dessas teses devem ser imediatamente esclarecidas. A quem desconfie da real influência que algum dia Furtado possa ter recebido da obra de Marx, só se pode recomendar a leitura da primeira parte de seu livro *Dialética do Desenvolvimento* e o segundo parágrafo do interessante depoimento colhido, em 1997, por Leda Paulani e Armênio Rangel, publicado na revista *Economia Aplicada* sob o sugestivo título: “A

longa busca da utopia”. Em segundo lugar, parece não haver evidência que permita discernir se Furtado se distanciou da razão dialética porque não tomou contato com seus avanços mais recentes, ou se não tomou contato com tais avanços justamente porque se desencantara com o pensamento dialético em sua essência. O propósito deste artigo não é a resolução desse dilema, mas sim mostrar a importância de não ignorá-lo.

2. A questão

Um dos principais objetivos de *Dialética e Desenvolvimento* foi precisar o alcance da dialética para mostrar que sua utilização não dispensa a aplicação rigorosa dos métodos científicos. Foi assim que Celso Furtado justificou em 1989 o livro publicado em junho de 1964, redigido durante as vésperas do golpe militar, quando voltara à Sudene, após demitir-se do Ministério Extraordinário do Planejamento. Tais objetivos foram enfatizados na sétima parte do segundo tomo de sua trilogia autobiográfica: *A fantasia desfeita*. Disse então: “O segundo objetivo seria precisar o alcance da *dialética*, que voltara à voga com a *Crítica* de Sartre, deixando claro que utilizá-la não nos dispensava de aplicar com rigor os métodos científicos na abordagem de problemas sociais”. O primeiro havia sido quebrar um tabu em torno dos chamados ‘clássicos do marxismo’, o terceiro desmistificar o conceito de ‘luta de classes’, de fundamental importância para entender a dinâmica das sociedades capitalistas, e o quarto a abordagem das transformações sociais realizadas por meios revolucionários (Furtado, 1989: 182).

O que pode significar tão incisiva separação entre “utilização da dialética” e “aplicação com rigor dos métodos científicos”? Quer dizer que a dialética é algo que pode ser “utilizado”, mas que isso é estranho aos métodos científicos? Estariam certos, então, os adeptos mais extremados da filosofia analítica? Este é um problema que não esteve presente na instigante análise do método de Furtado proposta por Bresser-Pereira na coletânea de ensaios em homenagem aos seus 80 anos, que organizou com José Marcio Rego (2001). Também não foi abordada no valiosíssimo rastreamento da trajetória intelectual de Furtado realizado por Carlos Mallorquin, na qual a

preocupação central foi explicitar a base conceitual do estruturalismo (Mallorquin, 2005). Tampouco fez parte dos objetivos de Paulani (2001, 2005).²

Não deixa de ser verdade que esse tipo de questão pode ser pouco relevante em interpretações mais gerais da contribuição científica de Furtado sobre o desenvolvimento. Todavia, só pode ocorrer o contrário se em primeiro plano estiver o tema por ele abordado naquele livro em que um resenhista americano julgou ter encontrado “profundas raízes leninistas” (Barber, 1966 *apud* Mallorquin, 2005). Neste caso, o que mais pode interessar é justamente o aludido alcance da dialética, a distinção estabelecida entre dialética e métodos científicos, e a relação disso tudo com a noção de desenvolvimento.

É importante lembrar que a limitação da dialética para o progresso da ciência havia sido, desde 1937, alvo de um dos mais célebres intérpretes da lógica da pesquisa científica, Karl R. Popper (1982). No ensaio “Que é dialética?” ele a trata como um dogma nefasto ao progresso da ciência, tese que ressurgiu radicalizada quando se afirma que a ciência tem sido vista com arrogância pela tradição hegeliana (“continental”, ou “franco-germânica”), enquanto a tradição analítica a olharia com humildade (Giannetti, 2004). Não é a visão de todos os atuais adeptos da filosofia analítica, nem dos dialéticos que enfatizam a necessária complementaridade dessas duas maneiras de pensar. Mesmo assim, fica a pergunta: por que pareceu tão importante para Furtado enfatizar, em 1989, que a “utilização” da dialética seria uma coisa tão distinta da “aplicação rigorosa dos métodos científicos”? Suas palavras são aqui repetidas para que não pareça dúvida sobre a separação: “utilizá-la não nos dispensava de aplicar com rigor os métodos científicos” (Furtado, 1989: 182).

Conforme o texto original de 1964, as dificuldades fundamentais para a “utilização” da dialética resultariam de duas tendências surgidas entre pensadores marxistas. Uma tem suas raízes no próprio Hegel: o esforço para generalizá-la, aplicando-a à explicação dos fenômenos naturais. Em decorrência, outra resultou do desejo de transformar a dialética num conjunto de regras de aplicação universal. Dois tópicos que são fundamentais para o eixo de uma abordagem do

² Com ainda mais razão está ausente da interessante introdução de Francisco de Oliveira à coletânea de 1983.

problema à luz do conhecimento disponível quarenta anos depois: os debates sobre a tão execrada “dialética da natureza” e suas supostas “leis”.

Depois dessa espécie de acerto de contas com a dialética, será possível dizer se isso altera o conceito desenvolvimento, e de que maneira? Caso exista, qual é, afinal, a dialética do desenvolvimento? Em 1964, Furtado, dizia que o desenvolvimento nas sociedades capitalistas assenta em duas forças mestras. Por um lado o impulso à acumulação, pelo qual a minoria dirigente procura limitar o consumo da coletividade apropriando-se de parcela substancial do incremento do produto. Por outro, o impulso à melhoria das condições de vida, que atua entre as grandes massas, tanto no sentido da plena incorporação de suas atividades à economia monetária, como no de elevação e diversificação do seu padrão de consumo. Essa é a oposição básica que ele desdobra para caracterizar as diversas fases de desenvolvimento do capitalismo e as estruturas subdesenvolvidas como caso especial (Furtado, 1964:64-77).³

3. Dialética: generalização e leis

As pesquisas sobre “complexidade”, “auto-organização” e, particularmente sobre “emergência” parecem confirmar que o alcance da dialética pode ser muito mais amplo e significativo do que poderia supor Furtado entre 1964 e 1989. Ou seja, parece estar apenas no início o verdadeiro esforço para generalizá-la, levando esse estilo de pensamento também à procura de explicações dos fenômenos naturais. O mesmo não ocorre, todavia, com a segunda observação de Furtado: o decorrente desejo de transformar a dialética em pequeno conjunto de regras de aplicação universal. De fato, em nenhuma dessas pesquisas que estão promovendo uma verdadeira reviravolta sobre a importância da dialética para o entendimento da natureza, pode-se encontrar qualquer confirmação para aquelas famosas três “leis gerais” formuladas por Engels, e mais tarde

³ Uma oposição que, diga-se de passagem, corresponderia mais à abordagem “subconsumista” de Rosa Luxemburgo, tese provavelmente desconhecida pelo já mencionado resenhista americano que nela teria encontrado a influência do pensamento de Lênin.

primorosamente “corrigidas” por Stalin.⁴ Nada poderia ter contribuído mais para o descrédito da dialética do que o subproduto dessa farsa que foi o escândalo Lyssenko.⁵

Todavia, a inexistência de um punhado de supostas “leis” não significa que a dialética só faça sentido para história humana. Apenas começa a aproximação dos cientistas naturais com os filósofos dialéticos que poderá permitir que sejam desfeitos os equívocos acumulados sobre sua relação complementar com a bem mais influente razão analítica. Mas, para justificar tais afirmações é preciso descrever a trajetória mais recente do pensamento dialético, propósito básico desta seção.

As críticas à razão dialética feitas até meados dos anos 1960, não somente se reproduziram ao longo dos últimos quatro decênios, como ganharam novo ímpeto após o colapso da União Soviética. Exemplos dos mais interessantes, provenientes de posturas políticas diametralmente opostas, podem ser encontrados, tanto na releitura de Marx proposta pelo filósofo José Arthur Giannotti (2000), como na “convocação” feita pelo cientista político John Holloway (2003). Por razões bem semelhantes, o segundo se empenha em justificar porque autores como Antonio Negri “se preocuparam em criticar a idéia do método dialético em sua totalidade” (Holloway, 2003:181), enquanto o primeiro afirma peremptoriamente que “na sua generalidade o materialismo dialético está fadado ao fracasso” (Giannotti, 2000:30).

Mesmo que possam ter suas originalidades, esses e outros recentes repúdios às pretensões marxistas de generalizar a dialética não diferem em substância daquelas que, em 1964, haviam levado Furtado a enfatizar as restrições sobre seu alcance, assim como reafirmar essa idéia com, ainda mais ênfase, um quarto de século depois. Afinal, só se acumulavam confirmações sobre as debilidades e mazelas da dialética, desde os ensaios críticos de Luckács, redigidos entre 1919 e 1922, até a completa rejeição de Hegel em favor de Kant por Lucio Colletti, no final dos anos

⁴ Um bom exemplo da influência dessa operação cirúrgica pode ser encontrado em Caio Prado Jr. (1959).

⁵ Na vasta literatura sobre o assunto merecem destaque o livro de Dominique Lecourt (1995, c1976) e a seção a ele consagrada por Sève (1998:94-107).

1980, passando pela Escola de Frankfurt ou por Althusser. Um processo tão erosivo que levou, inclusive, importantes pensadores da tradição hegeliana a batizar a dialética com outros nomes.⁶

Nada de muito diferente sobre as limitações da dialética pode ser encontrado entre os melhores pensadores marxistas brasileiros que se dedicaram ao tema, como Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Paulo Arantes e Ruy Fausto. Por mais que possam existir diferenças entre suas contribuições, todas consideraram que a dialética pode servir exclusivamente para entender a sociedade. Cabe no máximo registrar uma pequena vacilação de Konder, em opúsculo que certamente está entre os que mais divulgaram a dialética para leitores de língua portuguesa nos últimos 25 anos. Há ali uma advertência sobre a “profunda diferença que existe entre a dialética na natureza e a dialética na história humana” (Konder, 1981:61).

3.1 Dialética na natureza

Por mais surpreendente que isso possa ser, é muito mais no pensamento sobre a natureza, do que sobre a sociedade, que a dialética vem realmente sendo resgatada e aprofundada nos últimos anos, tanto por alguns cientistas atraídos pela filosofia, quanto por alguns poucos filósofos, marxistas ou não, atentos aos avanços das teorias científicas.

A questão havia sido abordada de forma bem tímida no livro de grande impacto *La nouvelle alliance*, publicado em 1979 por Ilya Prigogine (Prêmio Nobel de Química em 1977) e sua jovem colega Isabelle Stengers.⁷ Também foram pouco expressivas as referências à dialética na vasta obra do biólogo Stephen Jay Gould, que desde o início dos anos 1970 foi co-autor da teoria do equilíbrio pontuado (ou intermitente) com Niles Eldredge.⁸ Mas romperam com esse acanhamento seus colegas Richard Levins e Richard Lewontin, no livro *The Dialectical*

⁶ Entre os casos mais significativos talvez estejam a tal “lógica dos magmas” de Cornélius Castoriadis e a “dialógica” de Edgard Morin. O primeiro chama de magma “uma totalidade não muito bem ordenada, que não podemos decompor em conjuntos, submetida a uma lógica conjuntista-identitária (*conjuntitária*)” (Castoriadis,1999:36). O segundo diz em sua introdução ao pensamento complexo que “o princípio dialógico permite-nos manter a dualidade no seio da unidade. Associa dois termos ao mesmo tempo complementares e antagônicos” (Morin, 2003: 107).

⁷ Ver Prigogine e Stengers (1986:289 e 377).

⁸ Ver, por exemplo, Gould (1999:208-210) e (2004:166).

Biologist, de 1985.⁹ “Assim como existe uma dialética entre os organismos e seus ambientes, em que cada um conforma o outro, também há uma dialética entre o método e a problemática da ciência”, diz o segundo na conclusão do livro *A tripla hélice*, de 1998 (Lewontin, 2002:131).

Também foi em 1998 que surgiu em Paris obra absolutamente decisiva, com contribuições de um grupo de cientistas naturais estimuladas pelo filósofo marxista Lucien Sève: *Sciences et Dialectiques de la Nature*.¹⁰ Três anos depois, foi a vez do físico e filósofo grego Eftichios Bitsakis, também marxista, lançar o importante livro *La Nature dans la Pensée Dialectique*. E em 2005 aparecia a contribuição de outro grupo reunido em torno de Sève, com a instigante coletânea *Émergence, complexité et dialectique*.¹¹

Tão importante quanto (mesmo que aqui apareça por último) é notar que um movimento muito parecido ocorria no Brasil entre filósofos não-marxistas, como mostram os livros escritos ou organizados pelo gaúcho Carlos Roberto Cirne-Lima, desde o início dos anos 1990. Também é importante registrar que essa tendência geral chegou a ser prognosticada, desde 1949, pelo menos pelo não-marxista Paul Foulquié.¹²

É claro que não seria possível fazer uma boa síntese das idéias de todos esses autores no âmbito desta discussão sobre a abrangência e limitações da dialética. O mais importante, todavia, é ressaltar que pode estar no desenvolvimento da teoria da complexidade - e particularmente nas discussões sobre a idéia de “emergência” – uma nova abordagem da dialética que não confirma a impossibilidade de generalização, enfatizada por tantos pensadores desde que Luckács atirou a primeira pedra. Ou, nas palavras de Furtado, daquela dificuldade fundamental cujas raízes estariam no próprio Hegel: o esforço para generalizá-la, aplicando-a à explicação dos fenômenos naturais.

⁹ Eles explicam na introdução que foram muito proveitosas as discussões no âmbito do “Dialectics of Biology Group”, criado na Bressanone Conference de 1981.

¹⁰ São eles: o biofísico Henri Atlan, o físico teórico Gilles Cohen-Tannoudji, o físico Pierre Jaeglé, o matemático José-Luis Massera, e os já citados biólogos Richard Levins e Richard Lewontin.

¹¹ Richard Charltonet (biólogo molecular), José Gayoso (físico-químico), Philippe Gascuel (informático), Bernard Gleyse (matemático), Janine Guespin-Michel (genética bacteriana) e Camille Ripoll (biofísicoquímica).

¹² “Mais la dialectique vivante de nos jours nous ne la devons pas aux philosophes. Ses promoteurs sont surtout des savants, au sens plus large de ce mot, ou, plus exactement, des savants qui ont fait la philosophie de leur science” (Foulquié, 1953:77).

3.2 Complexidade

A teoria da complexidade pode ser vista como a terceira tentativa, nos últimos quarenta anos, de trazer fenômenos naturais (principalmente biológicos) para o contexto das propriedades altamente genéricas de sistemas que se modificam com o tempo. A primeira foi a teoria da catástrofe, lançada nos anos 1960, e que chegou a entusiasmar Furtado. “O esforço mais original para introduzir o princípio de causalidade no enfoque estrutural é provavelmente a teoria das catástrofes do matemático francês René Thom” (Furtado, 1978:172). Thom demonstrou que as mudanças observadas em alguns sistemas que mudam no tempo de acordo com leis matemáticas muito simples podem ser deformações contínuas e graduais do estado imediatamente anterior, mas que, em um ponto crítico, toda a forma do sistema sofre uma mudança “catastrófica” e prossegue em seu desenvolvimento por um caminho totalmente novo. O exemplo clássico é a onda que se quebra na praia: uma ondulação, por meio de um processo contínuo de deformação, transforma-se em uma curva convexa profunda, cuja tubularidade é subitamente perdida em um ponto crítico, quando então a onda se quebra. Segundo Lewontin (2002:113-114), um análogo biológico seria a complexa mudança de forma que ocorre durante o desenvolvimento de um embrião.

Mas não há qualquer sinal na obra de Furtado que permita supor que ele tenha acompanhado os desdobramentos seguintes: a famosa teoria do caos, e a atual teoria da complexidade. A primeira surgiu na década de 1980, na meteorologia. Mostrou que alguns sistemas dinâmicos muito simples podem alcançar o equilíbrio ou sofrer oscilações regulares em um determinado conjunto de parâmetros, mas podem, em outros conjuntos de parâmetros, sofrer transformações de estado de maneiras que parecem ser totalmente aleatórias. Contudo, essas mudanças de estado aparentemente aleatórias podem ser previstas com precisão pelas equações simples do movimento do sistema. Assim, o que pareceria ser um mundo diverso e incerto revela-se a solução determinista de uma equação simples e trivial. Ecólogos desenvolveram modelos simples de crescimento populacional que mostram comportamento caótico no tempo como forma de explicar as mudanças aparentemente aleatórias que ocorrem na abundância das espécies (Lewontin, 2002:114).

A terceira e mais recente tentativa reside na esperança de que os sistemas complexos obedeçam a leis especiais que têm origem na multiplicidade de interações entre muitas partes, as leis da própria complexidade.¹³ Essas leis dos todos complexos decorreriam não de novas formas de interação entre os elementos dos sistemas vivos, em contraste com as relações físicas inorgânicas, mas simplesmente do número elevado das partes elementares em interação. Assim, se há muitos genes relevantes para o desenvolvimento de alguma característica de um organismo e se a transcrição desses genes está conectada por uma rede de vias múltiplas de sinais simples do tipo “liga/desliga”, algum tipo de lei de desenvolvimento acaba emergindo. Todavia, tudo isso ainda parece uma empreitada muito especulativa, pois até agora não se sabe se essa abordagem da complexidade será realmente capaz de iluminar os problemas da biologia. Pelo menos é essa a visão transmitida por Lewontin (2002:115).

3.3 A noção de emergência

É impossível exagerar a importância da noção de “emergência” nos debates científicos contemporâneos sobre complexidade e auto-organização.¹⁴ Particularmente no campo da física e da matemática, assim como no da química e da biologia, nos quais vem se consolidando um entendimento mais restrito da complexidade, que tem sido objeto de muita pesquisa: os chamados SDNL, sistemas dinâmicos não-lineares. E referência fundamental sobre é o livro publicado em 2005 pelo filósofo Lucien Sève, com um grupo de seis cientistas naturais (Sève, 2005).

A teoria pretende descrever mudanças espaço-temporais no âmbito dos sistemas, em função das causas dessas mudanças. Tais sistemas podem ser conjuntos de moléculas, ou conjuntos de espécies vivas que formam populações, sempre que estejam interagindo. E são caracterizados como “não lineares” sempre que nas interações entre seus componentes inexista proporcionalidade entre as causas e os efeitos (mudanças). Quando existem interações não lineares em algum sistema dinâmico, seu comportamento adquire propriedades novas, às vezes

¹³ As contribuições originais mais citadas são as do biólogo americano Stuart A. Kauffman (1993, 1995, 2000). E é preciso registrar que para alguns autores a teoria da complexidade seria, na verdade, a quarta onda, pois consideram a cibernética como a terceira.

¹⁴ Ver, por exemplo, Mayr (2005:91-4) e Emmeche & El-Hani (2005).

estranhas, frequentemente não previsíveis, e geralmente contra-intuitivas, além de “incômodas” para qualquer tipo de interpretação ou abordagem habituada à linearidade.

Sistemas complexos raramente atingem o equilíbrio. Em geral estão numa condição estacionária de não-equilíbrio. Por exemplo, concentrações de diferentes substâncias químicas em determinado volume podem perfeitamente continuar constantes enquanto inúmeras reações químicas as consomem ou as produzem. Na condição estacionária de não-equilíbrio todos esses processos se compensam. Mas se algum dos parâmetros pertinentes do sistema é alterado, mesmo que pouco, a condição estacionária também muda. E em sistemas não lineares pode ocorrer um fenômeno novo, a partir de um valor do parâmetro que é considerado “crítico”. A anterior solução estacionária deixa de ser estável, e o sistema evolui na direção de uma (ou várias) outra(s) solução(ões) que pode(m) ser bem diferente(s). É o que os teóricos dos SDNL chamam de “bifurcação”. Existem vários tipos de bifurcação que refletem a riqueza do comportamento qualitativo dos SDNL. E a importância dessas bifurcações em dinâmicas não lineares reside na renovação que trazem à explicação dos fenômenos emergentes.

O termo “emergência” sempre esteve relacionado ao fato de que um “todo” não é “igual à soma de suas partes”. E chama-se de “emergência” a existência - e não apenas o surgimento visto como processo temporal, como é sugerido pelo vocábulo - de qualidades singulares de um sistema que só podem existir em certas condições. Em geral, se durante suas variações um parâmetro que regula a intensidade das interações ultrapassa um patamar crítico. Assim, a emergência é um processo pontuado e crítico de bifurcação. Isto é, um processo que faz um sistema passar de um conjunto possível de qualidades a um outro. São casos em que os “atores” continuam os mesmos, mas sua organização espaço-temporal é bem diferente antes e depois da bifurcação. Mas, atenção, “antes e depois” não indica aqui necessariamente uma diferença temporal, pois se trata de um patamar quantitativo do parâmetro. Tanto quanto “antes e depois” poderia ser dito “aquém e além” do patamar crítico.

O mais importante aqui é notar que a “emergência” pode resultar de pelo menos três tipos bem diferentes de contradições, conforme se pode concluir da comparação entre a contribuição das cientistas naturais Janine Guespin-Michel e Camille Ripoll (2005) e o subsequente ensaio

filosófico de Lucien Sève (2005). O que não coincide com a inclinação mais comum entre os vários tipos de marxismo, de interpretar as grandes contradições de caráter histórico como antagonismos.

No entanto, ao aprofundar seus estudos sobre o funcionamento da economia capitalista, Marx também detectou oposições não-antagônicas, nas quais os contrários estão em posição lógica de simetria. Nesses casos, não ocorre eliminação inovadora de um deles, nem superação “sintética” dos dois, mas sim uma espécie de reprodução cíclica, ou ondulatória, da oposição básica. Também detectou outra na qual a oposição dos contrários engendra algo essencialmente novo. Ou seja, identificou três tipos de oposição que podem ser entendidas simplesmente como determinantes de processos revolucionários, ondulatórios e embrionários.

Talvez não seja mera coincidência o fato da palavra “*Aufheben*”, utilizada por Hegel, ter triplo sentido: a) dissolver, desfazer, ou anular; b) guardar; c) pôr em lugar mais alto, colocar em cima. Esses três sentidos ocorrem na formação da “síntese”. No primeiro, a oposição dos pólos é superada e anulada. E o caráter excludente que existia entre tese e antítese é dissolvido e desaparece. No segundo sentido, os pólos são conservados e guardados em tudo o que tinham de positivo, apesar da dissolução havida. E no terceiro, chega-se a um plano mais alto: na unidade da síntese há ascensão a um nível superior. “Os três sentidos de *Aufheben* – superar, guardar e pôr em nível mais alto – ocorrem na formação da síntese” (Cirne-Lima, 2002:125).

Não será demais, portanto, reiterar aqui a primeira das duas teses anunciadas na introdução: Furtado, assim como a esmagadora maioria de seus contemporâneos, não chegou a tomar conhecimento desses avanços do pensamento dialético entre cientistas naturais e alguns filósofos. Chegou a se entusiasmar com a teoria da catástrofe, de René Thom, mas a dialética estava muito desacreditada na época para que pudesse ter aparecido relação semelhante à que está sendo feita hoje com a teoria da complexidade. E quando se acompanha as mudanças que as abordagens do desenvolvimento foram sofrendo ao longo da obra de Celso Furtado, duas tendências saltam aos olhos. A primeira é que o pensamento dialético foi progressivamente perdendo importância, além da idéia de contradição - quando incontornável - surgir quase sempre confundida ou reduzida a apenas uma de suas formas: a de antagonismo. A segunda, que parece ainda mais importante, é a

crescente influência das principais teses de Max Weber sobre o capitalismo que pode ser mais facilmente identificada a partir de 1976.

4. A idéia de desenvolvimento em Furtado

O acompanhamento das principais mudanças que sofreu a noção de desenvolvimento na obra de Furtado pode ser concentrado nos seus cinco livros mais pertinentes à questão. E, de preferência, em reedições revistas pelo autor, que certamente são as mais maduras.¹⁵ São eles: *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (TPDE, 1983, c1967), *O mito do desenvolvimento econômico* (MDE, 2005, c1974), *Prefácio a nova economia política* (PNEP, 1977, c1976), *Criatividade e dependência na civilização industrial* (CDCI, 1978), e *Pequena introdução ao desenvolvimento* (PID, 1980), mais tarde publicada com outro título: *Introdução ao desenvolvimento; enfoque histórico-estrutural* (2000). Além desses cinco livros, também merecem atenção trinta *Teses subjacentes às ideologias revolucionárias*, redigidas em 1980, mas que estranhamente permaneceram inéditas até 1991, quando surgiram no final do livro *Os ares do mundo*, terceiro tomo da trilogia autobiográfica.

Em junho de 1964, quando *Dialética do Desenvolvimento* foi publicado, Celso Furtado já estava em Santiago do Chile coordenando o famoso seminário das quartas no ILPES, no qual foi feita uma releitura crítica dos textos “clássicos” da CEPAL. Logo depois, após frutífero “interregno norte americano”, ele aceita o convite da Universidade de Paris. E serão os cursos ali ministrados que darão origem à primeira de suas obras mais significativas – TPDE (1967) - que em 1983 entrou na coleção “Os Economistas”, tendo por base a edição francesa de 1970. Não é clara nesse livro sua maneira de entender o desenvolvimento. Por vezes é bem economicista, ficando muito próxima da visão de Schumpeter, particularmente da definição que seu seguidor francês François Perroux deu para o desenvolvimento: combinação de mudanças mentais e sociais de uma população que a tornam apta a fazer crescer, cumulativamente e duravelmente, seu produto real

¹⁵ Um bom “guia” para ajudar o leitor a localizar historicamente os textos de Furtado está no final do primeiro capítulo de Mallorquin (2005). Isso é absolutamente necessário devido “à forma como Furtado publica e transforma textos do passado em novos livros sem fazer os devidos e adequados esclarecimentos” (Mallorquin,2005:18).

global.¹⁶ No entanto, esta relação feita por Perroux entre as idéias de “desenvolvimento” e “crescimento” também surge modificada por Furtado em outros momentos:

“Assim, o conceito de desenvolvimento compreende a idéia de crescimento, superando-a” (Furtado, 1983: 78).

Uma ambigüidade que revela o quanto a leitura feita por Furtado da reflexão mecânica de Perroux ainda tinha uma inclinação dialética. Todavia, no conjunto do livro TPDE predomina um forte distanciamento da abordagem que havia sido adotada em *Dialética do Desenvolvimento*. Mais do que isso, a própria palavra “dialética” só merece destaque no subtítulo de uma curta seção na qual o autor procura explicar a relação que existe entre invenção e difusão de inovações técnicas. Nada que sequer faça lembrar a idéia de “dialética do desenvolvimento” que havia formulado em 1964.

“Temos, assim, do lado da oferta, duas formas de capitalização: a acumulação-difusão de inovações e a acumulação-invenção, e do lado da procura, duas formas de comportamento que correspondem às reações básicas dos agentes mais significativos” [assalariados e empresários] (Furtado, 1983: 103).

É uma pena que não seja possível avaliar qual pode ter sido o impacto intelectual que teve sobre Celso Furtado a observação direta do “Maio 1968” parisiense. Algumas pistas aparecem no curto capítulo intitulado “A revolução branca”, que consagrou a esse acontecimento no seu terceiro tomo autobiográfico *Os ares do mundo*. Nesse texto de 1991 ele conta, por exemplo, que ficou muito contrariado com

“a negação implícita no pensamento de Marcuse, que sempre dá ênfase ao elemento negativo da dialética. Porque acreditava demasiado no *progresso* – dizia ele – Marx eliminou a disjuntiva *socialismo-barbárie* de sua concepção de revolução na transição para o *estágio superior de desenvolvimento humano*” (Furtado, 1991: 173, itálicos no original).¹⁷

¹⁶ François Perroux havia recentemente definido o desenvolvimento como “*la combinaison des changements mentaux et sociaux d’une population que la rendent apte à faire croître, cumulativement et durablement, son produit réel global*” (Perroux, 1965:155 *apud* Furtado, 1983:78).

¹⁷ Uma questão à qual se dedicou dez anos depois, no quarto capítulo de CDCI (1978) “Da ideologia do progresso à do desenvolvimento”. Mas antes disso ele refletiu sobre o desenvolvimento em dois outros de seus livros mais importantes: MDE (1974) e PNEP (1976).

Em 1974 Celso Furtado havia chegado a uma conclusão que ainda deve causar muito espanto, ou mesmo perplexidade.

“Cabe, portanto, afirmar que a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela, tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos, como são os *investimentos*, as *exportações* e o *crescimento*” (Furtado, 2005:89-90, itálicos no original).

Explica Furtado que os mitos sempre exerceram uma inegável influência sobre a mente dos que se empenham em compreender a realidade social. Os cientistas sociais têm sempre buscado apoio em algum postulado enraizado num sistema de valores que raramente chegam a explicitar. O mito congrega um conjunto de hipóteses que não podem ser testadas. E essa não é a dificuldade maior, pois o trabalho analítico se realiza em um nível muito mais próximo da realidade.

“A função principal do mito é orientar, num plano intuitivo, a construção daquilo que Schumpeter chamou de *visão* do processo social, sem a qual o trabalho analítico não teria qualquer sentido. Assim, os mitos operam como faróis que iluminam o campo de percepção do cientista social, permitindo-lhe ter uma visão clara de certos problemas e nada ver de outros, ao mesmo tempo em que lhe proporciona conforto intelectual, pois as discriminações valorativas que realiza surgem no seu espírito como um reflexo da realidade objetiva” (Furtado, 2005:7-8, itálicos no original).

Mesmo não tendo o propósito de abordar nesse livro a epistemologia das Ciências Sociais, Furtado lembra em nota de rodapé que Weber mostrou como se complementam a “explicação compreensiva” e a “compreensão explicativa” dos processos sociais. O mito introduz no espírito um elemento discriminador que perturba o ato de compreensão, o qual consiste, segundo Weber, em “captar por interpretação o sentido ou o conjunto significativo que se tem em vista” (Weber, 1971, t. 1, p. 8, *apud* Furtado 2005:8, nota 1).

“A literatura sobre desenvolvimento econômico do último quarto do século nos dá um exemplo meridiano desse papel diretor dos mitos nas Ciências Sociais: pelo menos 90% do que aí encontramos se funda na idéia, que se dá por evidente, segundo a qual o *desenvolvimento econômico*, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideraram a Revolução Industrial, pode ser universalizado” (Furtado, 2005:8, itálicos no original).

Não é de se estranhar, então, que uma espécie de grande acerto de contas com a ciência econômica tenha surgido dois anos depois. No “prefácio a nova economia política”, primeiro ensaio do livro do mesmo nome, há uma tentativa para sair de um

“impasse, com base numa reconstrução do quadro conceitual de que se utiliza o economista, reconstrução essa apoiada numa visão global das estruturas sociais historicamente identificadas” (Furtado, 1977:11).

Muito contrariado, tanto com as óbvias insuficiências da estática econômica, quanto com as limitações de todas as tentativas de “dinamizá-la”, Furtado propõe, portanto, o que seria o prefácio e o índice de um livro inexistente, com a intenção de chamar a atenção para a situação de carência de uma teoria geral das formações sociais. E é numa longa nota de rodapé, na página 37 desse livro, que o autor deixa bem clara sua preferência pela interpretação weberiana do capitalismo.

“Max Weber contribuiu seguramente mais do que qualquer outro autor para a compreensão do fenômeno do capitalismo, ao ligar sua existência à satisfação de necessidades de um grupo mediante operações lucrativas e por meio de empresas. O capitalismo se apresentaria de forma distinta nos diversos períodos da história, ‘mas a satisfação das *necessidades cotidianas* baseada em técnicas capitalistas é peculiar do Ocidente, e ainda neste, somente na segunda metade do século XIX torna-se coisa natural’”.¹⁸ (Furtado, 1977:37, itálicos no original).

É também nesse livro que ele explicita sua rejeição a uma das principais teses marxistas.

“Desde Marx tem-se privilegiado nesse estudo [do desenvolvimento econômico] o processo de luta de classes, vale dizer, os conflitos sociais que afetam diretamente o custo de reprodução da população, e, portanto, definem o montante relativo do excedente. Esse enfoque tem-se revelado de grande fecundidade no quadro das condições históricas que vêm condicionando, no correr do último século e meio, o comportamento da classe operária na Europa. Mas nada nos autoriza, quando não seja uma teoria pré-fabricada, a colocar no mesmo plano a *luta de classes* que levou a burguesia a participar hegemonicamente do poder na Europa do século dezoito, e a que vem permitindo à classe operária européia ter acesso a parte dos frutos dos aumentos de produtividade social” (Furtado, 1977:26, itálicos no original).

¹⁸ Cf. Max Weber, *História econômica general* (primeira edição original de 1923), tradução de Manuel Sanchez Sarto, México 1961, pp. 236-8.

Esse distanciamento crítico se aprofunda no livro seguinte: CDCI (1978). E sua grande vantagem para aos propósitos deste trabalho é que agora ele finalmente aborda a questão epistemológica de sua interpretação do processo de desenvolvimento, entendido como processo de difusão da civilização industrial. Estabelece no final do livro uma curiosa oposição entre razão analítica e estruturalismo, seguida por uma menção a Popper que talvez esclareça a tal separação entre “utilização da dialética” e “aplicação com rigor dos métodos científicos”, que provocou a presente reflexão.

Em 1978, Furtado se mostrava ainda mais convencido de que o avanço das ciências sociais só poderia resultar do que chamou de “enfoque estrutural”.

“Os conceitos de *estrutura* (forma) e de *processo* (causalidade) são ingredientes fundamentais no trabalho cognoscitivo. A nossa visão do mundo tem aí os seus pontos de apoio básicos. O enfoque estrutural, porque permanece no plano das descrições morfológicas e exclui a noção de causalidade, encurta o horizonte cognoscitivo. Por outro lado, o enfoque analítico conduz a um determinismo localizado e oculta o qualitativo. Aristóteles pretendeu integrar esses dois conceitos a partir do princípio de *finalidade*. Na metodologia das ciências sociais é concebível obter essa integração a partir da noção de *criatividade*, admitida esta como a faculdade humana de interferir no determinismo causal, enriquecendo de novos elementos um qualquer processo social. Quando alcança certa ponderação, ou quando converge a ação de vários deles, os atos inovadores provocam a descontinuidade estrutural. A faculdade inovadora (criatividade) da qual existe plena evidência no plano sociológico, assumiria assim estatuto no plano lógico” (Furtado, 1978: 171-2, itálicos no original).

Logo em seguida, após digressão sobre a já citada teoria da catástrofe, de René Thom, ele avisa o leitor que o problema mais importante coloca-se em outro plano.

“Independentemente da teoria do conhecimento que adotemos, não podemos deixar de reconhecer que na sociedade industrial tende a prevalecer o caráter instrumental da ciência. Mais do que a forma de conhecimento, a ciência é atualmente um instrumento para transformar o mundo. (...) Conhecimento científico tendeu mais e mais a ser aquele que adiciona à capacidade de prever, de agir. A massa fabulosa de recursos *investidos* hoje em dia na ciência e suas aplicações encontra sua razão de ser nessa *eficácia*. E o alvo central desta, *hélas*, é o poder militar e a acumulação. A revolução cognitiva que seria necessária para modificar num rumo positivo, no sentido de desalienante, a rota de nossa civilização, implicaria em restaurar o saber como um fim em si mesmo, em restabelecer o primado da sabedoria sobre o conhecimento” (Furtado 1978: 172-3. itálicos no original).

E tudo isso converge para aquela que talvez seja a mais madura e sintética visão de Furtado sobre o desenvolvimento. Ela está na curta apresentação à PID, redigida para a reedição de 2000 que leva o título de *Introdução ao desenvolvimento*.

“Como o desenvolvimento traduz a realização das potencialidades humanas, é natural que se empreste à idéia um sentido positivo. As sociedades são consideradas desenvolvidas à medida que nelas o homem logra satisfazer suas necessidades e renovar suas aspirações. O estudo do desenvolvimento tem, portanto, como tema central a criatividade cultural e a morfogênese social, temática que permanece praticamente intocada. Por que uma sociedade apresenta em determinado período de sua história uma grande capacidade criadora é algo que nos escapa. Menos sabemos ainda por que a criatividade se orienta nesta ou naquela direção” (Furtado, 2005:7)

Mas a futura abordagem do que chamou de “temática intocada”, e de “algo que nos escapa”, não começará do zero. Principalmente porque

“a invenção cultural tende - por toda a parte, no espaço e no tempo – a ordenar-se em torno de dois eixos: a busca da eficácia na ação e a busca de propósito para a própria vida. É o que desde Max Weber se tem chamado de *racionalidade formal* ou *instrumental* e *racionalidade substantiva*, ou *dos fins*” (Furtado, 2005:7, itálicos no original).

Finalmente, mas não menos importante, precisa ser destacada pelo menos a décima quinta das trinta “Teses” que só foram publicadas em 1991, apesar de terem sido redigidas em 1980.

“A versão marxista da dialética de Hegel produziu a idéia de que os obstáculos institucionais (gerados pelas relações de produção) ao desenvolvimento das forças produtivas conduzem a rupturas violentas. Essa idéia fundamentou as doutrinas revolucionárias voluntaristas que visam à destruição das instituições pré-capitalistas consideradas como freios à acumulação e ao desenvolvimento. Foi com base nesta doutrina que se realizaram os grandes trabalhos de engenharia social do século XX” (Furtado, 1991: 330).

Esse punhado de destaques da obra de Celso Furtado basta para mostrar que seu estruturalismo, por mais original que possa ser, está sujeito a críticas bem semelhantes às que foram propostas, por exemplo, por Carlos Nelson Coutinho (1972) e Ruy Fausto (1997). Em *Estruturalismo e a miséria da razão*, os principais alvos de Coutinho foram Lévi-Strauss, Barthes, Foucault e Althusser. E no apêndice intitulado “Dialética, estruturalismo, pré(pós)-estruturalismo”, a crítica de Fausto se dirigiu às obras de Weber, Mauss e Lévi-Strauss. A rigor, a obra de Celso Furtado

está sujeita ao mesmo tipo de avaliação, pois seu gradual afastamento da dialética, paralelo a um progressivo weberianismo, fornece um prato cheio para uma crítica inspirada nos argumentos de Coutinho e de Fausto.

Não segue essas linhas, contudo, o segundo argumento deste trabalho. E por um simples motivo. Os citados escritos de Coutinho e Fausto fazem defesas da razão dialética que excluem qualquer possibilidade de convivência com a razão analítica. Em 1972, baseado nas obras da maturidade de Georg Luckács, e sob forte influência das circunstâncias históricas, o jovem Carlos Nelson Coutinho tomou as teses estruturalistas como meros produtos da cultura burguesa. Um quarto de século depois, Ruy Fausto evitou todo e qualquer doutrinário sectário. Mesmo assim, sua sentença final sobre Weber foi drástica. Segundo Fausto, o discurso de Weber corre o risco de mistificar porque clarifica o que não é objetivamente claro, desencanta o que é objetivamente encantado. Define o capitalismo pela racionalidade porque põe entre parênteses o tipo particular de “encantamento” que é inseparável do capitalismo.

5. Conclusão

Em 1989, ao cometer a impropriedade de separar sua “utilização da dialética” da “aplicação com rigor dos métodos científicos”, Furtado não descartou a importância da primeira para o entendimento e interpretação do desenvolvimento. As principais mudanças que sofreram suas reflexões sobre o tema – particularmente nos anos seguintes – também reforçam a idéia de interligação e complementaridade entre razão dialética e razão analítica. Por isso, a principal crítica que deve ser feita aqui ao seu pensamento concerne ambigüidades das torções que acabou fazendo com a noção de desenvolvimento, e que não foram desfeitas. Por um lado, entre desenvolvimento nas “sociedades capitalistas” (1964) e desenvolvimento na “civilização industrial” (a partir de 1978). Por outro, entre “desenvolvimento econômico” (1967) e “desenvolvimento” *tout court* (a partir de 1980).

Em 1964, Furtado, dissera que o desenvolvimento nas sociedades capitalistas resulta de oposição básica entre o impulso à acumulação e o impulso à melhoria das condições de vida das grandes

massas. Em 1978, passou a enfatizar que a revolução cognitiva que seria necessária para modificar num rumo positivo, no sentido de desalienante, a rota da civilização industrial, implicaria em restaurar o saber como um fim em si mesmo, em restabelecer o primado da sabedoria sobre o conhecimento.

Em 1967-70, Furtado adotara a definição de Perroux, segundo a qual o desenvolvimento seria a combinação de mudanças mentais e sociais de uma população que a tornam apta a fazer crescer, cumulativamente e duravelmente, seu produto real global. Em 2000 passou a enfatizar que as sociedades só podem ser consideradas desenvolvidas à medida que nelas o homem logra satisfazer suas necessidades e renovar suas aspirações. Mas que é um mistério a razão da criatividade se orientar nesta ou em outra direção.

Com certeza estava certo Celso Furtado quando dizia, em 1964, que a dialética do desenvolvimento das sociedades capitalistas assenta na oposição entre os impulsos à acumulação e à melhoria das condições de vida das grandes massas. Mas o que teria dito ele sobre a dialética do desenvolvimento *tout court*, abordado em seus últimos escritos, quando ela - a dialética - não mais fazia parte de suas preocupações? Tudo indica que não rechaçaria a idéia de que a dialética do desenvolvimento das sociedades humanas em geral assenta na oposição entre cultura e natureza. Mas esta é uma hipótese que evidentemente só poderá ser abordada em outro artigo. O que, ao contrário, pode ser incluído nesta conclusão é a distinção entre as noções de “desenvolvimento econômico”, “desenvolvimento do capitalismo”, e “desenvolvimento” *tout court*.

Quem continua a usar a expressão “desenvolvimento econômico” só pode estar se referindo à idéia formulada no início do século XX por Schumpeter, sobre a possibilidade de que sejam analisadas as características “puramente econômicas” da sociedade capitalista. É exatamente o que ele diz na primeira frase do prefácio à edição inglesa de *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. No entanto, é quase desnecessário dizer que neste início do século XXI nenhuma das grandes teorias ou das grandes histórias, do capitalismo ou de sociedades capitalistas, admite essa idéia de que seria possível analisar em separado suas características “puramente econômicas”. Ao mesmo tempo, o uso que se faz hoje da idéia de “desenvolvimento” *tout court*, tanto por todos os

que a enaltecem, quanto pelos que passaram a repudiá-la, não se refere aos duzentos ou quinhentos anos de capitalismo, mas, pelo menos, aos dez milênios que se seguiram à revolução neolítica.

Se a questão for o desenvolvimento das sociedades humanas, ou especificamente o desenvolvimento das sociedades capitalistas, a aplicação com rigor de métodos científicos necessariamente dependerá da razão dialética. Ao contrário, se estiver em jogo a pretensão schumpeteriana de “analisar as características puramente econômicas das sociedades capitalistas”, a aplicação com rigor de métodos científicos certamente poderá dispensar um estilo de pensamento dialético. E é somente neste último sentido, o mais restrito, que Celso Furtado estava certo ao estabelecer uma explícita distinção entre eles.

Referências

- BARBER, Willard. “Diagnosis of the brazilian crisis”. American Academy of Political and Social Science, Filadélfia, v. 365, p. 196-197, maio 1966. Resenha de FURTADO, Celso. ***Diagnosis of the brazilian crisis***. Berkeley: University of Califórnia Press, 1965.
- BITSAKIS, Eftichios. ***La nature dans la pensée dialectique***. Paris: L’Harmattan, 2001.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “Método e paixão em Celso Furtado”, in: Bresser-Pereira, Luiz Carlos e José Marcio Rego (orgs.) ***A grande esperança em Celso Furtado. Ensaio em homenagem aos seus 80 anos***. S.Paulo: Editora 34, pp. 19-43.
- BRUAIRE, Claude. ***La dialectique***. Coleção “Que sais-je?”, Paris: PUF, 2^a. ed. 1993 [c1985].
- CASTORIADIS, Cornélius. “Para si e subjetividade”, in: Alfredo Pena-Veja e Elimar Pinheiro de Almeida (orgs.), ***O pensar complexo: Edgard Morin e a crise da modernidade***, Rio de Janeiro: Garamond, 1999, pp21-34.
- CIRNE-LIMA, Carlos. ***Sobre a contradição***, Porto Alegre: 1996 [c1993].
- CIRNE-LIMA, Carlos. ***Dialética para principiantes***. S.Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2002 [c1996].
- CIRNE-LIMA, Carlos e Luiz Rohden (orgs.). ***Dialética e auto-organização***. S.Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2003.

- CIRNE-LIMA, Carlos, Inácio Helfer e Luiz Rohden (orgs) *Dialética, caos e complexidade*. S.Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2004.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1972.
- EMMECHE, Claus & Charbel Nino El-Hani. “Definindo vida, explicando emergência”, (2005) <http://www.nbi.dk/~emmeche/>
- ENGELS, Friedrich. *Dialectis of nature*. New York: International Publishers, 1976 [c1940]
- ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. S. Paulo: Brasiliense, 1979 2ª. ed. [c1878].
- FAUSTO, Ruy. *Dialética marxista, dialética hegeliana: a produção capitalista como circulação simples*. São Paulo: Editoras Paz e Terra e Brasiliense, 1997.
- FOULQUIÉ, Paul. *La dialectique*. Coleção “Que sais-je?”, Paris: PUF, 2ª. ed. 1953 [c1949].
- FURTADO, Celso. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. Coleção “Os Economistas”, São Paulo: Abril, 1983 [c1967, 2ª ed. francesa em 1970].
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1974.
- FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FURTADO, Celso. *Os ares de mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- FURTADO, Celso. “A longa busca da utopia” (Entrevista aos professores Leda Maria Paulani e Armênio Rangel), *Economia Aplicada*, v.1, n.2, 1997, pp. 545-563.
- FURTADO, Celso. *O Capitalismo Global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- FURTADO, Celso. *Introdução ao Desenvolvimento. Enfoque Histórico-Estrutural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000 (3ª. ed. revista pelo autor).
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. (Coleção Leitura) Rio de Janeiro: Paz e Terra 2005 [c1996] (Só o primeiro ensaio do livro de 1974).
- GIANNETTI, Eduardo. “Humildade analítica, arrogância dialética”, entrevista a Caio Caramico Soares, caderno *Mais!*, *Folha de S.Paulo*, 30/05/2004, p. 13.
- GIANNOTTI, José Arthur. *Certa herança marxista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- GOULD, Stephen Jay. *Darwin e os grandes enigmas da vida*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999 [c1977]
- GRESPLAN, Jorge. “A dialética do avesso”. *Crítica Marxista*, n. 14, abril 2002, pp.26-47.
- GUESPIN-MICHEL, Janine e Camille Ripoll. “Systèmes dynamiques non linéaires, une approche de la complexité et de l’ emergence”, in: Lucien SÈVE, *Émergence, complexité et dialectique*. (com Janine Guespin-Michel et al.), Paris: Odide Jacob, 2005.
- HEGEL, Georg W. F. *Hegel’s Logic*. (Primeira parte da *Enciclopédia das ciências filosóficas*, traduzida por William Wallace, com apresentação de J.N. Findlay). Oxford University Press, 1975 (primeira edição: 1873) [c1817].
- HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Ed. Viramundo, 2003
- KAUFFMAN, Stuart A. *Investigations*. New York: Oxford University Press, 2000.
- KONDER, Leandro. *O futuro da filosofia da práxis. O pensamento de Marx no século XXI*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª. ed., 1992.
- KONDER, Leandro. *O que é dialética*. S.Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- LECOURT, Dominique. *Lyssenko – Histoire réelle d’une “science prolétarienne”*. Paris: PUF, 1995 [c1976, Ed. Maspero]
- LEVINS, Richard e Richard Lewontin. *The Dialectical Biologist*. Harvard Univ. Press, 1985.
- LEWONTIN, Richard. *A tripla hélice. Gene, organismo e ambiente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 [c19998].
- MALLORQUIN, Carlos. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. São Paulo: Xamã; Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- MAYR, Ernest. *Biologia, ciência única*. S.Paulo: Companhia das Letras [c2004].
- MORIN, Edgard. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003 (4ª. ed.) [c1990]
- OLIVEIRA, Francisco de. “A navegação venturosa”. Introdução à coletânea *Celso Furtado: economia* (Coleção Grandes Cientistas Sociais), São Paulo: Editora Ática, 1983, pp.7-27.
- PAULANI, Leda. “Celso Furtado e a dialética do desenvolvimento”, *Margem Esquerda*, n.5, maio de 2005, p.199-202.

- PAULANI, Leda. “A utopia da nação: esperança e desalento” in: Bresser-Pereira, Luiz Carlos e José Marcio Rego (orgs.) *A grande esperança em Celso Furtado. Ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. S.Paulo: Editora 34, pp. 139-156.
- PERROUX, François. *L'économie du XXème siècle*. Paris: PUF, 2ª. ed., 1965.
- POPPER, Karl Raymund. “Que é dialética?”. Trabalho apresentado em seminário do Canterbury University College, Nova Zelândia, em 1937. Capítulo 15 de *Conjecturas e refutações; o progresso do conhecimento científico*. Brasília: Editora da UnB, 1982 [c.1963].
- PRADO, Eleutério Fernando da Silva “Ciência positiva e crítica dialética”, (2005) www.econ.fea.usp.br/eleuterio/
- PRADO JR., Caio. *Notas introdutórias à lógica dialética*. S.Paulo: Brasiliense, 1959.
- PRIGOGINE, Ilya e Isabelle Stengers. *La nouvelle alliance*. Paris: Gallimard, 1986 [c1979].
- SARTRE, Jean-Paul. *Crítica da razão dialética*. R. Janeiro: DP&A editora, 2002 [c.1960].
- SCHUMPETER, Joseph A. *Teoria do desenvolvimento econômico. Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. S.Paulo: Abril Cultural, 1982 [c1934].
- SÈVE, Lucien. *Sciences et dialectiques de la nature*. Paris: La Dispute, 1998.
- SÈVE, Lucien. *Penser avec Marx aujourd'hui. I. Marx e nous*. Paris: La Dispute, 2004.
- SÈVE, Lucien. “De quelle culture lógico-philosophique la pensée du non-linéaire a-t-elle besoin?”, in: *Émergence, complexité et dialectique*. (com Janine Guespin-Michel et al.), Paris: Odide Jacob, 2005.
- WEBER, Max. *Economie et société*, Paris, 1971, *apud* Furtado (2005:8, nota 1).